

## “O DIABO É VERMELHO”: CULTURA POLÍTICA ANTICOMUNISTA NA PARAÍBA (1930-1964)

Faustino Teatino Cavalcante Neto

Universidade Federal de Pernambuco/Universidade Estadual da Paraíba

faustinoteatino@bol.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

O presente texto constitui a minha proposta de pesquisa a ser desenvolvida no período de doutoramento (2009-2012) junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Com este projeto pretendo dar continuidade e ampliar pesquisa iniciada no curso de Mestrado, acerca do anticomunismo na Paraíba republicana. Na dissertação, intitulada *O PCB no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização”, 1945-1953* (CAVALCANTE NETO, 2006), dediquei um capítulo à análise dos embates travados nas campanhas eleitorais entre o poder então estabelecido, juntamente com as instituições que lhe serviam, e os militantes comunistas; processo esse que apreciamos como responsável pela disseminação de uma “cultura política” anticomunista, que é uma forma de apropriação estabelecida no imaginário social, que passou a moldar as ações políticas de dados grupos sociais.

A proposta atual é a de analisar como na Paraíba foi forjada uma cultura política anticomunista, tomando agora como recorte temporal os anos entre 1930 e 1964.

Poderíamos falar de momentos específicos da história nacional e paraibana em que o anticomunismo foi assumido em campanhas que levaram a grandes mobilizações, como no caso do Estado Novo (1937), estabelecido para combater o *perigo comunista*, configurado no “Plano Cohen”, uma *ameaça externa* que nunca existiu; no calor da “redemocratização” de 1945, quando o PCB, depois de curto período de legalidade, foi cassado; ou ainda no do regime militar, instaurado em 1964, para combater uma suposta “República Sindicalista”.

Esses casos são muito conhecidos e repetidos, tanto por pessoas que os consideram acontecimentos injustificáveis e forjadores da realidade histórica, como por aqueles que acreditam que a ação governamental esteve certa porque realmente existia *perigo* à nação. A aceitação destas explicações acaba supervalorizando o papel do Estado naqueles processos (que também se autopromovia através deles) e se perde de vista o apoio que amplas camadas da sociedade brasileira deram àquelas atitudes autoritárias. Este apoio justificou muitas vezes, inclusive, o cerceamento das liberdades individuais, que seriam pressupostos máximos, aos quais as elites intelectuais e políticas estariam abdicando em nome da ordem *ameaçada*. Assim, se escondia todo o autoritarismo e o apoio às propostas totalitárias, que existiram no período de preparação à sua implantação, dizendo-se que somente o Estado era autoritário, o que se tornou útil também anos depois quando este Estado entrou em crise. Por isso cria-se a idéia do “ato fundador” do Estado autoritário, justificado pela ameaça externa/interna, e perde-se de vista o processo que o gerou e o reivindicou.

Em vista disto propomos que o anticomunismo deve ser estudado não apenas nos momentos culminantes, em que se visualiza um *perigo*, 1937, 1945 e 1964, respectivamente. Os seus fundamentos são perceptíveis também quando é mais difícil de ser visualizado pelos sujeitos aos quais pretende atingir, quando exige maiores esforços de seus ideólogos. Desse modo, escolhemos estudar a disseminação desse imaginário observando-o a partir da década de 1930, pois consideramos como tendo sido o período em que tal processo começou a ser gerado e difundido a partir das elites políticas paraibanas.

Nesse sentido, procuraremos perceber que os elementos que são inerentes ao anticomunismo paraibano não foram criados pelas elites políticas locais de 1937, 1945 ou 1964, mas remetem a uma lógica autoritária muito anterior a isto. Tomamos como marco a década de 1930, por considerá-lo importante na constituição do anticomunismo que tomava como referencial um elemento muito repetido, que era o perigo de uma revolução mundial como consequência do que ocorrera na Rússia Soviética. Não desconsideramos as manifestações anteriores a 1930, mas é a partir daí que se articulava de forma clara o forjamento de propostas totalitárias justificadas em torno do *perigo* comunista.

Assim, a principal preocupação que permeia esta proposta de trabalho está em que o anticomunismo foi e é um fenômeno constantemente presente na história paraibana, se

manifestando em vários setores sociais. Entendemos que o estudo do período proposto pode permitir levantar elementos importantes da construção do imaginário anticomunista paraibano, o que, aliado a outros estudos sobre o tema, poderá permitir compreender de forma mais ampla a permanência do fenômeno na história política paraibana.

## **2. DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA E JUSTIFICATIVA**

Nas últimas duas décadas foram produzidos vários estudos sobre anticomunismo nos programas brasileiros de pós-graduação em História ou áreas afins. Entre as perguntas que os historiadores e outros estudiosos têm dirigido aos registros que sobreviveram desse conjunto de práticas estão aquelas relacionadas ao conteúdo do discurso anticomunista, através das quais se procura compreender como os comunistas eram representados: que tipo de perigo eles trariam à sociedade brasileira, quais seriam seus planos, quais suas relações com o “comunismo internacional” configurado especialmente pela União Soviética, quais as suas estratégias de ação, qual o grau de sua “infiltração” em setores estratégicos da sociedade brasileira, qual o peso do partido comunista nas disputas políticas, no sindicalismo, no movimento estudantil, etc.

Na explicitação desse diagnóstico, tem sido possível encontrar elementos para responder a dois outros conjuntos de questões: o primeiro diz respeito às imagens utilizadas para caracterizar o comunismo e os comunistas e os meios pelos quais as mesmas são veiculadas. O segundo são questões que os historiadores podem dirigir aos anticomunistas enquanto grupos que constroem sua própria identidade em oposição àqueles que seu discurso e sua prática denunciam.

No que se refere ao primeiro conjunto, pode-se salientar a escolha de determinadas imagens que se repetem no tempo e que relacionam o comunismo ao inferno e os comunistas ao demônio, que representam esses como vermes, abutres, polvos, serpentes, que os relacionam à doença, ao estrangeiro, à traição, à ilusão. Esse campo tem sido bastante explorado pela historiografia, pode-se destacar a presença dessas imagens associadas a um evento particular: o movimento de 1935, que ficou conhecido como Intentona Comunista, e a liderança de Luiz Carlos Prestes. Desse modo, na minha pesquisa irei perseguir também tais imagens na Paraíba.

O segundo conjunto é composto por questões relacionadas a quem eram esses indivíduos e grupos que deixaram registros de sua inserção na luta contra o comunismo. Daí que pesquisas têm sido dirigidas a grupos com práticas anticomunistas específicas, como certos partidos políticos, a Igreja Católica, o Exército, a polícia, órgãos de imprensa, órgãos do governo federal, estadual, organizações criadas exclusivamente para o combate ao comunismo, entidades empresariais ou sindicais, etc. A análise do discurso e das práticas anticomunistas destes grupos permite não só compreender a forma como eles encaravam o *perigo* comunista, mas também a forma como eles utilizavam esta “batalha” para construir a sua própria identidade, garantir a coesão interna e o reconhecimento externo. Assim, é possível observar como instituições como a Igreja Católica e o Exército garantem seus espaços nas disputas político-ideológicas de uma época, ou como certos governos buscam legitimidade utilizando o *perigo vermelho* como uma ameaça que lhes cabe enfrentar em nome da sociedade como um todo. Da mesma forma, esse também será um dos meus objetivos ao focalizar o tema na Paraíba.

Um outro conjunto de questões que se pode vislumbrar nos estudos sobre o tema é o do cruzamento do discurso anticomunista com a organização e ação dos comunistas. Isso está relacionado com a possibilidade de descobrir, em meio a registros sobre o anticomunismo, indícios relacionados à organização e às atividades dos próprios comunistas ou daqueles que eram a eles identificados. Ou ainda, de questionar se o diagnóstico que os anticomunistas faziam correspondia com o nível de organização dos comunistas em determinadas realidades, e se o perigo que eles pressentiam tinha chances de se concretizar.

Um outro campo de questões que também está sendo explorado é o que diz respeito à recepção, ou seja, como o fenômeno do anticomunismo poderia ser entendido a partir daqueles indivíduos e grupos que foram alvo das ou que foram atingidos pelas campanhas anticomunistas. Nesta direção, estaria o reconhecimento das defasagens e transformações ocorridas ao longo do processo de produção, circulação e recepção do anticomunismo e também das possibilidades de apreensões de “leituras” diversas sobre o mesmo fenômeno, por grupos diferentes.

Assim, guiados por uma ou outra das questões acima esboçadas, os estudos sobre o anticomunismo brasileiro têm explorado a constituição do imaginário anticomunista,

revelando a persistência de certos temas e imagens em épocas diferentes; analisando grupos e instituições que no Brasil se dedicavam às campanhas anticomunistas (como foi o caso da Igreja Católica, dos integralistas, do Exército, da Cruzada Brasileira Anticomunista, de diversos órgãos da imprensa, do aparato policial, etc.); mostrando que o anticomunismo assumiu diferentes papéis e formas em conjunturas específicas, como naquelas em que ele parece ter sido mais intenso, de 1935 a 1937, de 1945 a 1947 e de 1961 a 1964. O conjunto de análises pontuais mostra, enfim, que o anticomunismo esteve presente nas disputas políticas brasileiras de grande parte do século XX.

Ao longo do século XIX e início do XX, a história política era tida e entendida mais como uma espécie de história militar ou diplomática. A dimensão política era então admitida essencialmente a partir e através do Estado. Uma história que por um lado centrava-se nas batalhas, nas guerras e negociações envolvendo os diferentes Estados. Enfim, uma história política relacionada com a noção de história oficial, história da Pátria, sentimento nacional, etc.

É a partir da década de 1920 que assistiremos o início de uma crítica mais sistematizada a esta história "tradicional", crítica essa que será implacável especialmente em relação à história política, definida nos moldes de então. Cabe lembrar que esta crítica se realizou através de várias vertentes. A primeira seria constituída na França a partir dos anos 20 pelos *Annales* a essa história "tradicional". Lucien Febvre e March Bloch deram então início a uma nova produção historiográfica, movimento esse então denominado de *História Nova*. A partir de então, a história deslocava seu foco fundamental de análise para aspectos relativos à atividade humana em seu sentido mais pleno (estudos econômicos e sociais). Não mais, portanto, o estudo dos Estados através de suas guerras e relações diplomáticas, senão o estudo dos processos relativos à figura e à ação humana no plano das massas anônimas.

Já por volta de 1976, no interior da terceira geração dos *Annales*, passou a ocorrer um "retorno" da História Política, que renasceu com outras preocupações e com uma visão mais ampla. Nesse sentido, vale destacar a importância de uma avaliação da expressão Nova História Política no interior do campo da História Cultural, apontando assim para uma retomada da História Política em termos de uma análise dos jogos/tramas políticas,

representações, recorrências ao simbólico, etc., enquanto objetos fundamentais do "político".

Assim, a ênfase em uma história das guerras ou das relações diplomáticas, em termos de enfoques tradicionais, decaiu significativamente. Pensa-se agora em termos dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas enfim, fato que demonstra a vitalidade da política no interior da produção historiográfica. Estuda-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se assim a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem esse campo.

Assim, enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos "grandes homens"), já a Nova História Política, que começou a se consolidar a partir dos anos 1980, passou a se interessar também pelo "poder" nas suas outras modalidades (que incluem também os micro-poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder, ou do discurso, enfim).

A marca fundamental dessa corrente de estudo é a identificação de um campo específico do político, com estruturas e uma cultura que lhe são próprias, assim como a inserção desse campo de conhecimento no interior da historiografia atual em uma perspectiva mais ampla. Preocupa-se com a "(...) história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo" (FERREIRA, 1992, p. 268).

O historiador francês Serge Berstein atribui uma particular atenção ao conceito de cultura política e reflete sobre sua importância para a historiografia. Isso porque, segundo o autor, a cultura política ocupa um lugar particular nos estudos sobre fenômenos culturais nas sociedades:

*Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões de atos*

*políticos que surgem, pelo contrário, como epifenômenos* (BERSTEIN, 1998, p. 363).

Diante de episódios históricos que apresentam situações de crises e conflitos sociais, respostas e medidas políticas são necessárias, o que desencadeia a ação de um grupo ou de uma considerável parte da sociedade. O que Berstein pretende investigar é o que leva um certo grupo de indivíduos a agir de uma maneira e não de outra. O que faz com que adotem esta e não aquela diretriz ideológica. Essas são questões relacionadas à cultura política, e investigá-la significa olhar mais de perto os acontecimentos que desencadeiam transformações sociais e culturais nas sociedades.

Segundo esse historiador o processo que faz surgir uma determinada cultura política não é acidental e ocasional. Faz parte de uma construção racional, elaborada a partir de idéias e ideais partilhados por um grupo de pessoas. “Corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações” (Idem, p. 355). Nesse sentido podemos entender como surge uma cultura política e de que forma ela pode servir a um determinado grupo social.

Por fim, observamos que a definição da noção de cultura política remete a importância do papel das representações na sua definição. Nesse sentido, se faz interessante pensá-las a partir de Roger Chartier, um dos expoentes da Nova História Cultural, que observa que o principal objetivo dessa corrente historiográfica é identificar o “modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (1998, p. 16-17). São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro se tornar inteligível e o espaço a ser decifrado.

Dessa forma, as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Portanto, para cada caso, torna-se necessário relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. De acordo com Chartier, representação é um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente, através de sua substituição por uma “imagem” capaz de reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é.

### 3. DEFINIÇÃO DAS FONTES E METODOLOGIA

Fundamentado nas fontes arroladas a seguir, pretendo realizar um estudo sobre como o poder então estabelecido na Paraíba, através das instituições que lhes serviam (Igreja Católica, Imprensa, Escola, Parlamento), entre os anos de 1930 e 1964, passou a forjar uma cultura política anticomunista e como esta foi se sedimentando no imaginário social, conforme já citado na “Introdução” e nos “Objetivos” deste projeto.

Para investigar essa cultura política, pensamos lançar mão das seguintes fontes primárias: jornais e revistas paraibanas, discursos parlamentares, panfletos e programas políticos das campanhas eleitorais, atas de campanhas pastorais, propostas curriculares e a escrita que partiu do IHGP (espécie de historiografia oficial) durante o período em análise.

Dentre tais fontes, merece destaque o papel desempenhado pelos jornais e revistas paraibanas, uma vez que são, sabidamente, uma das fontes mais ricas para se compreender as interpretações e visões da elite letrada de então, através de reportagens, crônicas, editoriais, etc. Dentre os vários arrolados, cabe mencionar os jornais *A União*, órgão diário do poder estadual, e o *A Imprensa*, semanário ligado à arquidiocese paraibana, onde observamos a forma sistemática e enfática de representações negativas sobre o comunismo.

Quanto à análise do conjunto de todo o material, encontrei pertinência no chamado “método indiciário” ou semiótico do historiador Carlo Ginzburg (1989) que aponta a importância dos pormenores considerados negligenciáveis no estudo dos fenômenos. Ginzburg fala de ‘paradigma indiciário’ para indicar um método que, partindo da pressuposição da não-transparência do real, assume como pertinentes indícios, sintomas, pontos de vista individuais e locais, sem perder de vista a questão da totalidade, ou seja, a inteligibilidade do mundo. O “método indiciário” é, portanto, essencialmente qualitativo, individualizante, indireto e conjectural, distinguindo-se necessariamente do método ‘objetivo’, tido como ‘rigoroso’, das ciências naturais. Portanto, pretendo observar tais fontes sabendo que as mesmas deixaram marcas ou rastros para o presente, e é por meio destes rastros que o historiador constitui o passado e o significa.

Paralelamente, se fará imprescindível que se desenvolvam reflexões acerca do tema correlacionado com os teóricos anteriormente citados, demonstrando a nossa integração e o acompanhamento com os debates atuais da historiografia e com as teorias da história.

Dado esse passo partiremos para a análise e a interpretação dos dados, quando faremos uma revisão dos fichamentos da bibliografia e da documentação pesquisada, partindo em seguida para o mapeamento das informações obtidas sendo, portanto, importante a retomada destes fichamentos e conteúdos. Deveremos tomar notas dos possíveis elos, quer sejam por concordância ou discordância, entre as informações obtidas dos documentos e as das leituras realizadas, para depois de uma análise epistemológica, partirmos para a redação das conclusões preliminares que favorecem a dinâmica da pesquisa, por ser um exercício de disciplina intelectual e acadêmica através do hábito de refletir e redigir sobre os universos teóricos e empíricos que estão sendo examinados.

Por fim sistematizaremos os dados e redigiremos as conclusões, passo que constitui a etapa final da pesquisa. A sistematização deve nos permitir a elaboração de um plano de exposição que contemple o arranjo interno dos itens a serem abordados e que levante os possíveis anexos e complementações a serem feitos, vindo em seguida à redação geral dos aspectos selecionados no plano.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, fica demonstrado a necessidade de pesquisas sobre o tema do anticomunismo no espaço paraibano, buscando, assim, elucidar pontos não observados da história política local do século XX, a partir de novas abordagens.

E, ao estudar a cultura política anticomunista na Paraíba, também estarei contribuindo para a recuperação da historicidade da população paraibana, uma vez que observaremos como a mesma foi envolvida numa trama política que a levou a passar a apoiar as atitudes autoritárias que surgiram quando dos golpes militares de 1937 e 1964, por exemplo.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. IN: (Orgs.) RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para Uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**. A Revolução Francesa da Historiografia. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Nº 17, 1996.
- CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1953)**. Campina Grande: UEPB. 2006. Dissertação de Mestrado em Ciências da Sociedade.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- FALCÃO, Marta. **Poder e Intervenção Estatal na Paraíba (1930 – 1940)**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1994.
- FERREIRA, Marieta Morais. A Nova ‘Velha História’: O Retorno da História Política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, (n. 10, 1992): 265-271.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões”. In: **Culturas Políticas: Ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História**. (Orgs.) SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte Vida das Oligarquias: Paraíba (1889 – 1945)**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1994.
- LE GOFF, Jacques. A Política: Será Ainda a Ossatura da História? In: \_\_\_\_\_. **O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1972.
- MELLO, José Octávio de Arruda. et al. **História & Debate na Assembléia da Paraíba**. João Pessoa: A UNIÃO, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade e Poder Político no Nordeste: O Caso da Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. **A Nova História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras Vermelhas. A Presença dos Comunistas na Paraíba (1900-1960)**. João Pessoa: Textoarte, 2003.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994-1997, v. 2.